




## PROJETO BÁSICO

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.


Revisão: 06

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 1 de 60

## **PROJETO BÁSICO**

### **SUMÁRIO**

1.	RESUMO DO OBJETO .....	2
2.	DETALHAMENTO DO OBJETO.....	2
3.	JUSTIFICATIVA .....	3
4.	PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E VIGÊNCIA CONTRATUAL.....	4
5.	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	4
6.	LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	4
7.	DA CONTRATAÇÃO .....	7
8.	DA MATRIZ DE RISCO .....	8
9.	SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	9
10.	SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE .....	10
11.	VALOR ESTIMADO .....	34
12.	GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO .....	34
13.	ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	35
14.	REQUISITOS TÉCNICOS .....	38
15.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	40
16.	OBRIGAÇÕES DA EMAP.....	45
17.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	47
18.	CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO .....	50
19.	MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	51
20.	VISITA TÉCNICA .....	52
21.	METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS.....	53
22.	SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO .....	55
23.	REAJUSTAMENTO.....	57
24.	ANEXOS .....	58

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 2 de 60

## 1. RESUMO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA..


## 2. DETALHAMENTO DO OBJETO

O detalhamento do objeto deste Projeto Básico encontra-se nos Cadernos de Encargos em anexo. As principais atividades são as listadas a seguir:

- ✓ Serviços Iniciais, inclusive mobilização, administração e canteiro de obras, inclusive Topografia;
- ✓ Limpeza do Terreno;
- ✓ Movimentação de Terra (Corte, carga, transporte e descarga);
- ✓ Demolição;
- ✓ Execução de solo grampeado;
- ✓ Execução de concreto projetado;
- ✓ Execução de gabião;
- ✓ Obra de Contenção;
- ✓ Drenagem superficial e profunda;
- ✓ Hidro-semeadura;
- ✓ Serviços finais: limpeza final e desmobilização e Topografia final.

As atividades que impactarão as operação do porto e das arrendatária serão precedidas de planejamento/alinhamento com a EMAP para definição do menor impacto nas operações.

A CONTRATADA deverá encontrar locais que estejam em conformidade com a legislação ambiental aplicável para destinação de material proveniente dos serviços de escavação.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 3 de 60

### 3. JUSTIFICATIVA

Considerando que a EMAP através do Convênio de Delegação celebrado entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, com interveniência da Companhia Docas do Maranhão, e o Estado do Maranhão, tem como uma de suas obrigações:


*“Receber, conservar e zelar pela integridade dos bens patrimoniais do Porto do Itaqui e demais áreas delegadas, incluindo suas infraestruturas de proteção e acesso, mantendo-os em perfeita condição de conservação e funcionamento até a sua devolução. (Convênio de Delegação nº16/2000)”*

Considerando ainda que o mesmo obriga a buscar permanentemente a melhoria da Qualidade da prestação de Serviços;

Considerando ainda que há obrigação também de implementar obras de melhoria da estabilidade e drenagem do talude para garantir a prestação dos serviços portuários, aumentar a segurança e a modicidade da tarifa do Porto do Itaqui .

Considerando que um possível deslizamento sobre a ferrovia poderá causar a perda de vidas, além da paralisação dos serviços nas ferrovias que acessam o Porto do Itaqui e a consequente paralisação da entrada de produtos aos terminais de carga.

Considerando os investimentos propostos neste termo de referência tem como objetivo melhorar a segurança das infraestrutura local, com o aumento da coeficiente de segurança dos taludes, de forma a garantir a continuidade operacional da ferrovia e rodovia. Dessa forma, as obras que serão construídas, aumentarão a vida útil dos taludes, uma vez que o cenário atual é de esgotamento da estabilidade dos mesmos;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 4 de 60

Considerando que o fato intervenções propostas são destinadas a criação de uma nova infraestrutura para os taludes: execução de geometria do talude adequada ao material presente na região, execução de bermas, execução de contenção solo e construção de um sistema de drenagem integrado que atenda às vazões previstas nos taludes.

Considerando que caso o deslizamento atinja uma linha de duto de combustíveis ou químico poderá causar a perda de vidas, poluição do meio ambiente, incêndios de elevadas proporções, além da paralização no descarregamento de navios.

Diante dos motivos expostos, a estabilização do taludes 08, 09, 09A, 10, 11 e 12 tem como objetivo evitar sinistros como deslizamento e desmoronamentos, de modo que se possa prevenir prejuízos pessoas e ao patrimônio de terceiros e da própria EMAP, garantindo dessa forma a realização de operações seguras nas áreas de influência dos mesmos.

Assim, o escopo deste Projeto Básico trata-se da Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos taludes 08, 09, 9A 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.

#### 4. PRAZOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E VIGÊNCIA CONTRATUAL


O Prazo de Execução do Serviço previsto para o Objeto deste Projeto Básico será de 10 (dez) meses, contados da data indicada na Ordem de Serviço (O.S.) emitida pela EMAP autorizando o início das atividades.

O Prazo de Vigência do Contrato será de 16 (dezesesseis) meses, contados a partir da assinatura do Contrato.

#### 5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços objeto deste Projeto Básico seguirá o cronograma apresentado no anexo III.

#### 6. LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 5 de 60

Os serviços serão realizados no Porto do Itaqui, localizado na Av. dos Portugueses S/n – Bairro: Itaqui, CEP: 65085-370, São Luís – MA.

Na figura 01 é apresentada localização do Porto do Itaqui. Já nas figuras 02 a 05, são apresentadas a Planta de Localização dos Taludes, e os Taludes 2 e 3, destaque localização das adequações a serem realizadas.

Porto do Itaqui



Figura 01 – Localização do Porto do Itaqui



	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 6 de 60

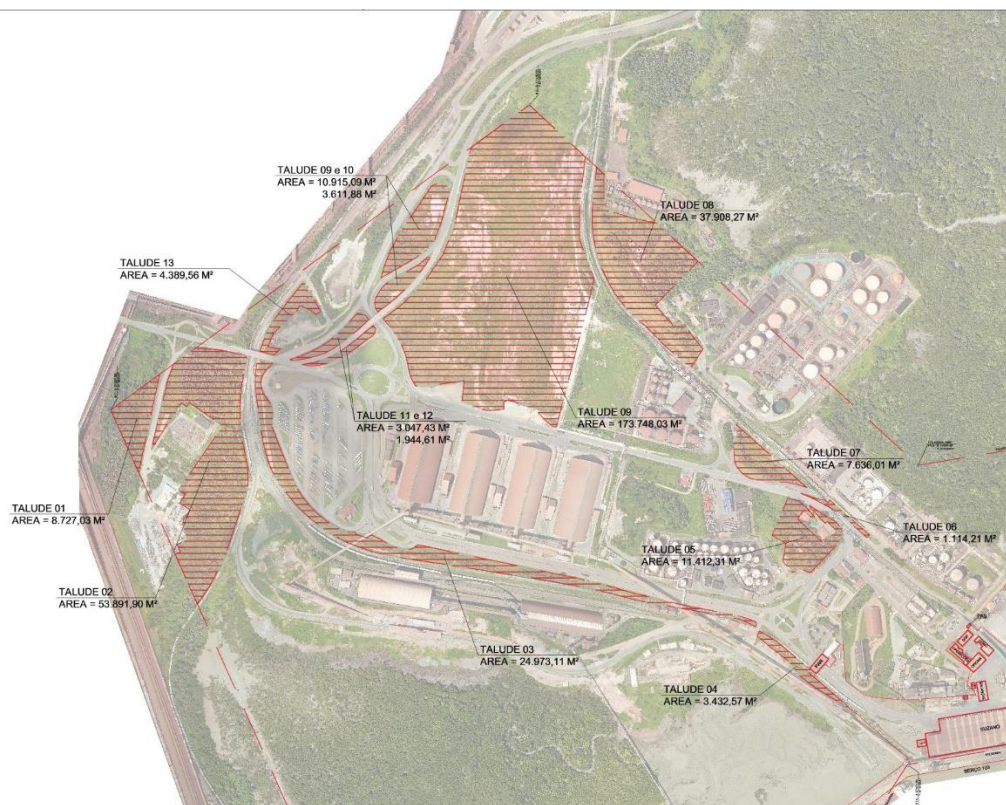


Figura 02 – Planta de Localização dos Taludes

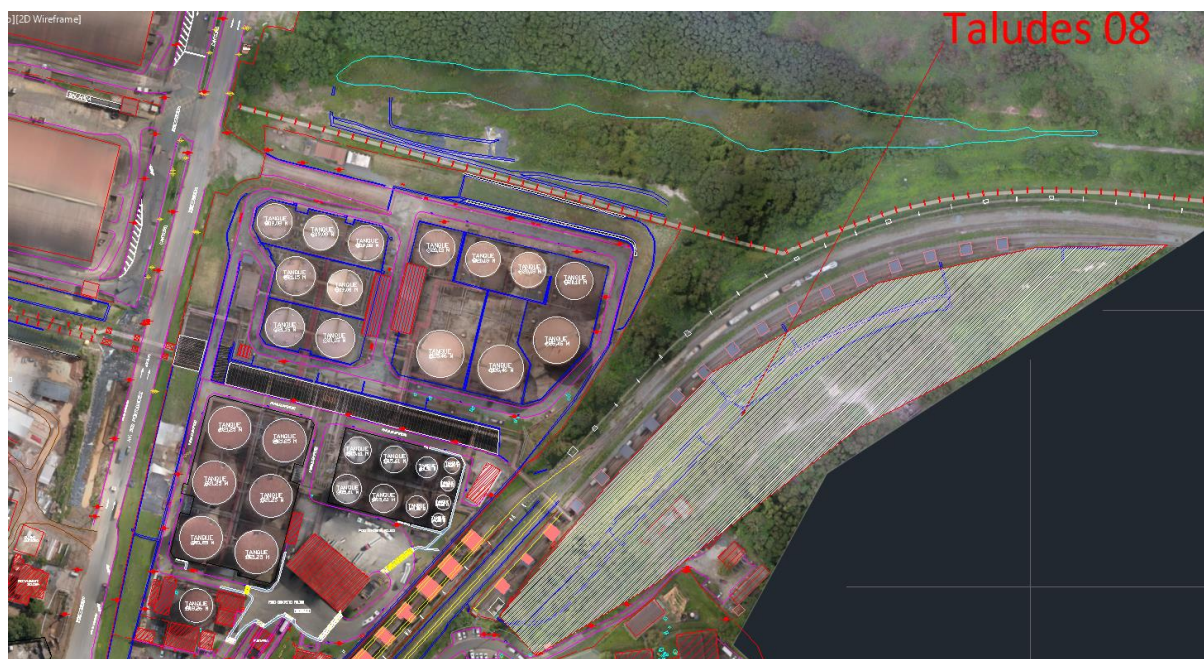



Figura 03 – Imagem do Talude 02



	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 7 de 60

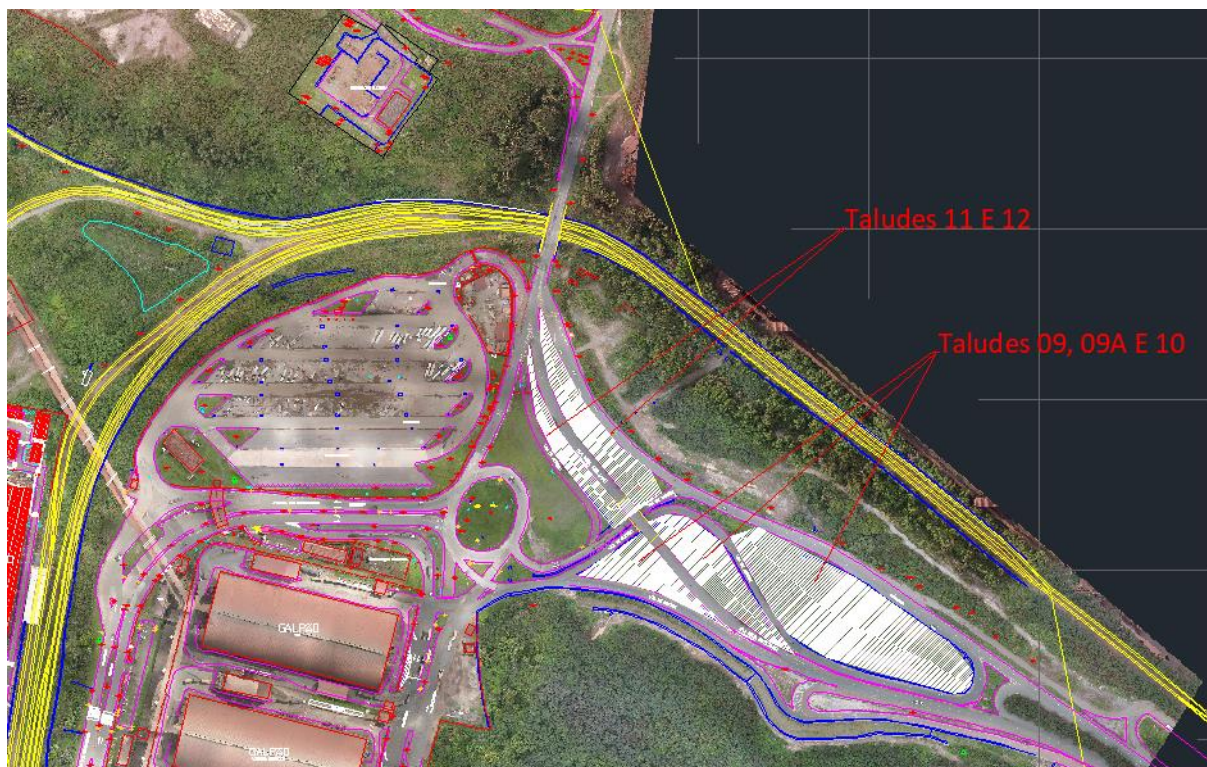


Figura 04 – Imagem dos Taludes 09, 09ª ,10,11 e 12

Os serviços serão realizados iniciando às 06:00hs podendo prolongar-se até às 21:00hs.


## 7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação será de acordo com o art. 42 da Lei 13.303/2016, sob regime de contratação por **preço unitário** e critério de **julgamento será Menor Preço com modo de disputa fechado**, conforme disposto no § 2º, art. 52 da Lei 13.303. Seguindo a legislação específica, o orçamento será não sigiloso.

7.2. A modalidade de licitação será conforme LRE (Lei de Responsabilidade das Estatais) uma vez que se configura como serviços e equipamentos especializados, isto é, não comuns.

7.3. O julgamento por menor preço tem o objetivo de contratar a proposta mais vantajosa para Administração Pública. O modo de disputa fechado decorre da própria natureza da licitação, em virtude de ser um serviço de engenharia e não serviço comum.



	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 8 de 60

7.4. A preferência que dita a Lei sobre o regime de contratação semi-integrada não se aplica neste caso, uma vez que a contratação se trata somente de execução de obra, sem possibilidade de propostas de melhorias, uma vez que trata de uma obra estabilização.

7.5. A contratação não se destina exclusivamente a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, pois os valores são expressivos e incompatíveis com os referidos tipos de Pessoa Jurídica, conforme especificações da Lei Complementar nº 123/2006, art. 48, inciso I.

7.6. Não haverá reserva de cota exclusiva para Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, pois o objeto não se trata de aquisição de bens de natureza divisível.

7.7. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

## 8. DA MATRIZ DE RISCO


O inciso X, do Art. 42, da Lei 13.303/2016, conceitua Matriz de Riscos como:

Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

Para esta contratação elaborou-se uma Matriz de Risco, anexada a este Projeto Básico, na qual não foram imputados à Contratada nenhum evento de risco que gerasse taxa adicional a esta contratação.

No § 8º do Art. 81 da lei 13.303/2016, informa que “é vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da Contratada” e cuja coluna de “Item Superveniente impactantes no

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 9 de 60

equilíbrio econômico-financeiro” esteja classificada como “Não”.

## 9. SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade é uma característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo. Neste sentido, este Projeto Básico ressalta a sustentabilidade deste projeto nos seguintes itens:

### **Geração de efluentes:**

Não haverá geração excessiva de efluentes, somente aqueles provenientes da atividade humana em processo laboral. Para tanto serão utilizadas as instalações sanitárias móveis locadas, as quais terão os efluentes recolhidos periodicamente com destinação adequada.

### **Destinação de resíduos oriundos de demolições e retiradas/entulhos:**

O resíduo gerado, oriundo da demolição do pavimento, será destinado para área de responsabilidade da EMAP. Destaca-se que se trata de resíduo inerte que será reaproveitado, após beneficiamento, para futuras obras que necessitem de aterro, como por exemplo, obras rodoviárias ou aterros de conquista.

Como efeito positivo, informa-se que esta ação diminui a destinação de resíduos para aterro sanitário e diminui a demanda por material de jazidas para aterro em obras futuras, podendo ainda haver um reaproveitamento dos blocos que eventualmente sejam retirados sem danos durante a demolição do pavimento. Os demais resíduos gerados serão destinados à área legalizada, atendendo à legislação vigente.


Estas ações estão alinhadas aos princípios da Política do Sistema de Gestão Ambiental da EMAP principalmente no que diz respeito à preservação da poluição e práticas socioambientais positivas.

### **Impactos sociais:**

Não haverá impacto negativo para vizinhança (socioambiental), uma vez que o objeto deste Projeto Básico será realizado totalmente dentro da área de administração da EMAP já antropizada.

Como impacto positivo tem-se a geração de novos empregos e a melhoria das condições de acessibilidade na sede da EMAP.

### **Impactos para a imagem da EMAP:**

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 10 de 60

A EMAP, com a execução desse serviço contribuirá para a afirmação da imagem da EMAP com sua política de gestão empreendedora e sustentável focada no potencial humano e na valorização das práticas de desenvolvimento econômico, tecnológico, ambiental e social.

## 10. SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

### **ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SAÚDE**

Solicita-se o envio das seguintes documentações: PCMSO da empresa e ASO de todos os colaboradores envolvidos nas atividades.

Obs.: Enviar todos os documentos em um só arquivo.


### **ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA DO TRABALHO**

As orientações a seguir deverão ser seguidas no início e ao longo de todo o Contrato.

#### **TRABALHO EM ALTURA**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE. Procedimentos e Normas Internas EMAP/Porto do Itaqui.

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
- b) Uso de cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo para trabalhos em altura;
- c) Para eletricista prevalece a mesma determinação não sendo permitido o uso do cinto abdominal (cinturão);
- d) Os cintos não poderão ser fixos na mesma estrutura de trabalho, sendo necessária a fixação de cabos guias (linha de vida), implementado por profissional devidamente habilitado;
- e) Todo e qualquer funcionário deverá receber treinamento específico para realização da atividade;
- f) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 11 de 60

g) O sistema de proteção contra queda deverá ser constituído de anteparos rígidos, em sistemas de guarda-corpo e rodapé devendo o mesmo atender os requisitos de dimensionamento de 1,20 m de altura para travessão superior, 0,70 cm para travessão intermediário e ter rodapé com 0,20 cm de altura, conforme NR 18;

h) Emissão de Permissão de Trabalho para trabalhos em altura;

i) Todos os empregados executantes de trabalhos em altura deverão realizar treinamento APR (Avaliação Preliminar de Risco).

#### USO DE ANDAIME:

a) As estruturas de andaimes devem ser metálicas, sendo proibido o uso de andaimes de madeira;

b) Os andaimes devem possuir assoalho completo e contraventamentos a partir de 6m e depois a cada 3m;

c) Deverá dispor de escada fixa ao andaime para acesso ao assoalho, portinhola que abre para dentro, roda pé com 0,2 m de altura, travessa a 0,7 m e travessa superior a 1,20m do assoalho;

d) Deverá ser apresentado memorial de cálculo e ART das linhas de vida instaladas na obra;

#### USO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA - PTA:

a) Os operadores devem ser treinados pelo fabricante ou por pessoa por pessoa autorizado pelo fabricante;


b) Deverá ser mantido outro empregado habilitado para operar a plataforma em caso de emergência;

c) O cinto de segurança deverá estar afixado no local correto;

d) Deverá ter um operador reserva habilitado no piso para auxiliar na operação em emergência;

e) Não colocar membros superiores em posição de pensamento;




	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 12 de 60

- f) Durante o deslocamento da TPA somente o operador poderá estar no cesto;
- g) A PTA deverá ter extintor de incêndio no cesto;
- h) A PTA deverá trabalhar isolada em toda a sua área de alcance.

#### USO DE ESCADA:

- a) A escada móvel não deve ultrapassar 7m;
- b) As escadas devem possuir sapatas antiderrapantes;
- c) Não utilizar escadas metálicas para atividades com eletricidade;
- d) Ao se utilizar escada de mão para acessar um local de trabalho mais elevado, a extremidade superior da escada deve ultrapassar pelo menos 1 metro o piso deste local;
- e) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com o setor de segurança da EMAP;
- f) A empresa deverá manter relação atualizada com os nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar trabalhos em altura e manter uma cópia do documento na frente de serviço;
- g) A empresa deverá apresentar certificado de treinamento de trabalho em altura, conforme NR-35 de todos os executantes de trabalho em altura;
- h) Emitir circular a todos os colaboradores proibindo a realização de atividades sob efeito de drogas (álcool, etc.);
- i) Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui.

#### CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES


	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 13 de 60

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.  
 Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui. Código de Trânsito Brasileiro - CTB.


- a) Receber treinamento de normas internas Direção Defensiva EMAP).
- b) Apresentar cópia da Habilitação de todos os condutores de veículo, conforme categoria dos veículos a serem conduzidos.
- c) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- d) Cumprimento das Regras de Trânsito do Itaqui.
- e) Todos os veículos deverão ser identificados com logomarca da empresa nas laterais do veículo.
- f) Os veículos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
- g) Todos os veículos que estiverem transportando carga com excesso lateral e longitudinal deverão ser conduzidos com escolta.
- h) Todos os veículos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade.
- i) Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via.
- j) Elaborar procedimento específico para condução dos veículos e treinar os condutores de veículos no mesmo;
- k) Deverá ser elaborado inventário dos veículos, além de plano de manutenção preventiva.
- l) Não transportar carga dentro da cabine do veículo

### **OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.  
 Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui. Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 14 de 60

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
- b) Receber treinamento de normas internas (PROAPI).
- c) Apresentar cópia da Habilitação de todos os operadores de equipamentos móveis.
- d) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- e) Cumprimento das Regras de Ouro no Trânsito do Itaqui.
- f) Todos os equipamentos móveis deverão estar identificados com logomarca da empresa nas laterais do equipamento.
- g) Os equipamentos de transporte de carga deverão ter sua capacidade indicada no próprio equipamento;
- h) Os equipamentos deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
- i) Uso obrigatório de giroflex e sinal sonoro de ré.
- j) Todos os veículos ou máquinas que estiverem transportando carga com excesso lateral ou longitudinal deverão ser
- k) Conduzidos com escolta.
- l) Os operadores deverão cumprir sinalização interna do Porto do Itaqui
- m) Os condutores deverão portar o crachá de identificação de operador.
- n) Todos os equipamentos deverão passar por inspeção antes de acessar a área operacional para verificação de regularidade.
- o) Nos canteiros de obras - deverá ser instalada sinalização de trânsito no entorno da obra a fim de orientar os motoristas sobre as condições das vias e regulamentar a velocidade permitida para a via.
- p) Elaborar procedimento específico para operação dos equipamentos e treinar os operadores no mesmo;
- q) Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos móveis e semimóveis, além de plano de manutenção preventiva.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 15 de 60

- r) A área da patola deverá ter dimensão mínima de três vezes o maior comprimento da base do cilindro
- s) A área da movimentação da carga deverá estar isolada
- t) Nenhum cilindro poderá apresentar vazamento.

#### **ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO À ENERGIA ELÉTRICA.**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.  
Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.


- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
- b) Apresentar certificado dos empregados em comprovação de qualificação profissional para realização de atividades envolvendo eletricidade;
- c) Apresentar certificado do curso de NR-10 dos empregados envolvidos com atividades com eletricidade;
- d) Apresentar prontuário elétrico e laudo de aterramento.
- e) Elaboração de procedimento específico para as atividades de elétrica e treinar os executantes no mesmo.

#### **MANUSEIO DE CARGAS SUSPENSAS / ELEVADAS (PONTE ROLANTE, GUINDASTE, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.  
Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
- b) Apresentar certificado que comprove a qualificação profissional para a operação de equipamentos de guindar.



	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 16 de 60


- c) Equipamentos e acessórios devem ser adequados ao serviço proposto e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, preencher check list diariamente.
- d) Fazer dimensionamento dos equipamentos e recursos de acordo com as cargas.
- e) Elaborar procedimento específico para operação de manuseio de carga suspensas e treinar os operadores no mesmo.
- f) Deverá ser elaborado inventário dos equipamentos de guindar e dos acessórios, além de plano de manutenção preventiva dos equipamentos.
- g) Os equipamentos de guindar e acessórios deverão passar por inspeções e manutenções periódicas.
- h) Deverá ser elaborado plano de rigging para içamento de cargas a partir de 10 toneladas e/ou carga negativa e para os demais apresentar plano de içamento de carga.

#### **TRABALHO EM AMBIENTE CONFINADO OU SEMI-CONFINADO (TUBULÕES, TANQUES, CAIXAS, GALERIAS, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.

Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
- b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- c) Deve ser realizada a avaliação de estabilidade do material antes de realizar atividades próximos a taludes.
- d) Adoção de escoramento - Seguir as recomendações da RTP 03/ NR18 - escavações, fundações e desmonte de rochas.
- e) Adoção de proteção contra quedas de pessoas / materiais.
- f) Deverá ser instalado sistema de guarda-corpo fixo no perímetro das valas ou taludes.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 17 de 60

- g) Para acesso das valas ou taludes deverá ser utilizada escada de acesso.
- h) Elaboração de procedimento específico para atividades nessas circunstâncias e treinamentos dos empregados no mesmo.

### **EXPOSIÇÃO A PARTES MÓVEIS / ROTATIVAS (BETONEIRAS, SERRAS CIRCULARES, SERRAS ELÉTRICAS, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.  
Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
- b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- c) Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidos corretamente.
- d) Dimensionar medidas de proteção de correias.
- e) Realizar bloqueios de fonte de energia conforme NR-12.
- f) Manter relação atualizada com nomes de todos os colaboradores que estarão autorizados a realizar a operação dos equipamentos e manter uma cópia do documento na frente de serviço,
- g) A tela do cocho da bomba lança, deverá ter sensor que pare o lançamento do concreto quando a tela for suspensa.
- h) Realizar treinamento de NR 12 conforme função e equipamento;

### **TRABALHO PRÓXIMO A VALAS, TALUDES OU PILHAS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.  
Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.


- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 18 de 60

- b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- c) Deve ser realizada a avaliação de estabilidade do material antes de realizar atividades próximos a taludes.
- d) Adoção de escoramento - Seguir as recomendações da RTP 03/ NR18 - escavações, fundações e desmonte de rochas.
- e) Adoção de proteção contra quedas de pessoas / materiais.
- f) Deverá ser instalado sistema de guarda-corpo fixo no perímetro das valas ou taludes.
- g) Para acesso das valas ou taludes deverá ser utilizada escada de acesso.
- h) Elaboração de procedimento específico para atividades nessas circunstâncias e treinamentos dos empregados no mesmo.

**ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS (PERICULOSIDADE) ENVOLVENDO EXPOSIÇÃO A: LÍQUIDOS OU GASES INFLAMÁVEIS E/OU COMBUSTÍVEL (ÓLEO DÍESEL, GASOLINA, ETC.)**

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
- b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- c) Proibição de uso de dispositivos que emitam chamas em área próxima a manuseio e armazenagem de produtos inflamáveis;
- d) Estocagem em locais ventilados, isolados e sinalizados, conforme a NBR 17505-2:2006.
- e) Deverá existir letreiro com dizeres 'não fume' e 'inflamável' no local de abastecimento / armazenamento e manuseio de produtos inflamáveis.
- f) Quando no abastecimento deverá ser executado o aterramento do caminhão e toda a área deverá ser isolada não permitindo o acesso de terceiros.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 19 de 60


- g) A FISPQ do produto deverá estar no local e os colaboradores devem ter conhecimento dos procedimentos contidos na mesma.
- h) Manter relação atualizada de empregados que estão autorizados a realizar atividades com exposição a produtos químicos.
- i) A atividade de abastecimento de máquinas, equipamentos e veículos deverá ser procedimentada e os executantes dessa atividade devem ser treinados no respectivo procedimento.
- j) É proibido o uso de GLP para atividades de solda e/ou corte.

**MANUSEIO DE PRODUTOS QUÍMICOS, TÓXICOS, AGROTÓXICOS, ÓLEOS OU GRAXAS OU EXPOSIÇÃO A VAPORES (COLAGEM DE CORREIAS, PINTURA, PRODUTOS PULVERIZADOS, SOLVENTES, ETC.)**

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
- b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- c) Fazer uso de respirador semifacial com filtro para vapores orgânicos e/ou ácidos, conforme produto manuseado.
- d) Controle médico sobre a ação dos agentes nos trabalhadores.
- e) Uso de creme protetor para as mãos e outras partes do corpo expostas, com CA (Certificado de Aprovação).
- f) Manter arquivo das FISPQs dos produtos utilizados.
- g) Treinar os empregados que trabalham com produtos químicos nas FISPQs dos produtos químicos manuseados.
- h) Manter o rótulo nos recipientes onde são armazenados os produtos.
- i) Manter os recipientes em gaiolas ou bandejas de contenção.

**RISCO DE ATAQUE DE ANIMAIS E INSETOS.**




	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 20 de 60

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.

Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
- b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
- d) Uso de EPI's adequados (Ex.: Coturnos/perneiras para proteção das pernas, etc.).
- e) Uso de repelentes pelos empregados.
- f) Todos os empregados deverão estar com suas vacinas em dia.
- g) A empresa deverá manter equipamentos e dispositivos de primeiros socorros, além de pessoas treinadas para o caso de emergências durante as atividades.
- h) Deverá disponibilizar meios eficientes para comunicação, a fim de atender às exigências do plano de emergência.
- i) Os colaboradores deverão ser orientados a não intervirem contra os animais peçonhentos encontrados nos locais das atividades, pois este é um papel do corpo de bombeiros.
- j) Deverá disponibilizar meios eficientes para comunicação, a fim de atender às exigências do plano de emergência.
- k) Os colaboradores deverão ser orientados a não intervirem contra os animais peçonhentos encontrados nos locais das atividades, pois este é um papel do corpo de bombeiros.
- l) Deverá ser realizado treinamento sobre animais peçonhentos para todos os colaboradores.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 21 de 60

- m) Os colaboradores que executarem atividades a céu aberto deverão receber protetor solar.

### **CONTATO COM AGENTES BIOLÓGICOS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.

Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.


- Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
- Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
- É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.

### **EXPOSIÇÃO A EQUIPAMENTOS / FLUÍDOS SOB PRESSÃO (COMPRESSORES, CILINDROS, PNEUS, SISTEMA HIDRÁULICO, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.

Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

- Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
- Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
- É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
- Despressurizar o sistema antes da realização das atividades;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 22 de 60

- e) Não provocar aumento de temperatura e choques mecânicos aos recipientes;
- f) Evitar exposição desnecessária às áreas de risco;
- g) Disposição dos cilindros em gaiolas com a devida separação entre os cilindros de gases diferentes e entre os cheios e os vazios, devidamente sinalizados e com a FISPQ disponível.


#### **EXPOSIÇÃO A POEIRA, PARTICULADOS, RUÍDO OU UMIDADE.**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.  
Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06.
- b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados.
- c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP.
- d) Avaliação ambiental para a função.
- e) Em pátios abertos, onde não haja pavimentação, deverá haver umectação das vias de acesso, a fim de eliminar a emissão de particulados. Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;

#### **UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS (MÁQUINA DE SOLDA, ESMERILHADEIRA, SERRAS, ETC.)**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.  
Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.


	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto de Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 23 de 60

- a) Utilizar os EPI's específicos para a função e riscos da atividade, atendendo aos requisitos da NR 06;
- b) Os exames médicos deverão ser realizados conforme PCMSO da empresa e exposição ocupacional dos empregados;
- c) É indispensável que todas as atividades sejam previamente planejadas e executadas conforme os procedimentos de segurança, todas as situações que não forem previstas nos procedimentos de segurança deverão ser tratadas pelo SESMT da empresa em conjunto com a segurança da EMAP;
- d) Pessoal com treinamento específico no uso de ferramentas/máquinas e experiência comprovada;
- e) Equipamentos aterrados e com partes móveis protegidos;
- f) Ferramentas elétricas manuais com duplo isolamento comprovado pelo fabricante ou pino terra;
- g) Ferramentas adequadas e em perfeito estado de conservação;
- h) Uso de lista de verificação das máquinas e ferramentas antes do uso do equipamento;
- i) Evidência de treinamento dos empregados no manuseio de máquina, equipamentos e ferramentas;
- j) As extensões elétricas deverão possuir DR.

**A OBRA E/OU SERVIÇO A SER REALIZADO PELA CONTRATADA, NECESSITARÁ CONSTRUIR INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, COMO: OFICINAS MECÂNICAS, REFEITÓRIOS, SANITÁRIOS, ETC.**

- a) Seguir procedimentos e normas de construção de acordo com número de empregados (NR 18 e 24) e exigências internas da EMAP.




	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 24 de 60

- b) O Setor de segurança da EMAP, SESMT Gerenciadora (quando houver) deverá avaliar a planta do canteiro de obras, a fim de se fazer cumprir todos os requisitos exposto nas NBRs.
- c) As botas de segurança dos colaboradores deverão possuir palmilha antiperfurante, biqueira em composite ou outro material não condutor de eletricidade e proteção metatarso.
- d) Os canteiros deverão ser devidamente sinalizados de forma a garantir as orientações básicas de segurança quanto ao desenvolvimento normal das atividades, conforme a NR 26.
- e) As divisórias de isolamento de canteiros e frentes de serviço deverão ser feitas de material rígido que impeça o acesso de pessoas alheias à atividade. Não é permitido isolamento de canteiros e frentes de serviço com tela cerquite e/ou fita zebra em áreas céu aberto.
- f) Todos os contêineres utilizados para ocupação humana deverão seguir as recomendações contidas na NR18 item 18.4.1.3 e 18.4.1.3.2.
- g) Todos os contêineres deverão ser aterrados com seus laudos de aterramento.NR 10;
- h) Deverá ser disponibilizado banheiros químicos a serem dispostos a no máximo 150 metros de distância das frentes de serviço.
- i) As fiações das instalações elétricas provisórias devem possuir altura de no mínimo 5 (cinco) metros a partir do solo, dimensionada de acordo com as necessidades de serviços especiais ou que empreguem máquinas e equipamentos de grandes dimensões. As fiações devem possuir identificação/sinalização visível de altura.

#### **HAVERÁ USO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.

Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 25 de 60

- a) Cumprir as exigências da EMAP;
- b) Realizar ligação somente com autorização prévia da EMAP;
- c) Informar qualquer alteração ao longo do contrato;
- d) O gerador deve permanecer aterrado enquanto estiver em uso;
- e) Todo quadro elétrico e extensão deverá possuir DR.
- f) Container devesa estar aterrado.

#### **TEMPO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÁ SUPERIOR A 60 DIAS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.

Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.


- a) Apresentar PGR , PCMAT / PCA / PPR / PCMSO / LAUDO ERGONÔMICO / PAE / LTCAT de acordo com as
- b) características da atividade do contrato, CNAE da empresa e número de empregados.
- c) Realizar a divulgação dos procedimentos internos EMAP
- d) Atender ao disposto na NR 05.

#### **HAVERÁ SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, SONDAGENS**

Requisitos Legais e/ou Normativos Internos: Portaria nº 3.214/78/MTE.

Procedimentos e Normas internas EMAP/Porto do Itaqui.

- a) Cumprir os requisitos estabelecidos na Nr-18.6 (Escavações, Fundações e Desmonte de rochas);
- b) A área de trabalho deve ser previamente limpa, devendo ser retirados ou escorados solidamente árvores, rochas, equipamentos, materiais e objetos de qualquer natureza, quando houver risco de comprometimento de sua estabilidade durante a execução de serviços;
- c) Muros, edificações vizinhas e todas as estruturas que possam ser afetadas pela escavação devem ser escorados;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 26 de 60

d) Os serviços de escavação, fundação e desmonte de rochas devem ter responsável técnico legalmente habilitado;

e) Quando existir cabo subterrâneo de energia elétrica nas proximidades das escavações, as mesmas só poderão ser iniciadas quando o cabo estiver desligado;

f) Na impossibilidade de desligar o cabo, devem ser tomadas medidas especiais junto à concessionária;

g) Os taludes instáveis das escavações com profundidade superior a 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) devem ter sua estabilidade garantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim;

h) As escavações com mais de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de profundidade devem dispor de escada ou rampas, colocadas próximas aos postos de trabalho, a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida dos trabalhadores;

i) Os materiais retirados da escavação devem ser depositados a uma distância superior à metade da profundidade, medida a partir da borda do talude;

j) Os taludes com altura superior a 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros) devem ter estabilidade garantida..


#### **HAVERÁ TRABALHO NOTURNO**

a) Deve ser garantido o descanso entre jornadas de no mínimo 11h.

b) Deve ser garantida iluminação necessária para execução das atividades noturnas.

#### **HÁ ALGUMA INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE**

a) TODOS os empregados deverão ser treinados no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui).

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 27 de 60

b) As pessoas que forem acessar as instalações da EMAP deverão atender ao descrito na Portaria 130/2014, referente ao uso de calçado nas áreas administrativas da EMAP e Portaria 129/2014, referente à utilização de EPI na área operacional.

c) Todo e qualquer fornecedor, cliente ou qualquer que seja a modalidade de pessoas que não façam parte do contrato e tiverem necessidade de adentrar a área operacional, deverão ter autorização do fiscal EMAP e receber informações do setor de segurança da contratada ou da EMAP dos procedimentos internos do Porto do Itaqui.

d) Todas as exigências legais à contratada serão estendidas à subcontratada, caso haja.

## **REQUISITOS APLICÁVEIS AO CONTROLE AMBIENTAL**

### **1. Gerais:**


a) Conhecer e cumprir a Política do Sistema de Gestão Ambiental da EMAP, disponível na internet no endereço: <https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/emap/missao-visao-valores>;

b) A contratada adotará todos os controles e proteção ambiental necessários ao atendimento da legislação ambiental vigente nos níveis federal, estadual e local e dos requisitos ambientais aplicáveis;

c) A contratada será responsável perante os Órgãos do Poder Público e terceiros, por eventuais danos causados ao meio ambiente, resultantes da execução da atividade objeto deste contrato;

d) A contratada atenderá a todos os requisitos aplicáveis à atividade objeto do contrato constantes das normas e padrões do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da EMAP, incluindo procedimentos e registros que podem ser acessados no link: <https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/emap/gestao/meio-ambiente#saude>

e) A contratada deverá prever e garantir a adequação dos recursos necessários ao atendimento dos requisitos ambientais estabelecidos, incluindo treinamentos de empregados para questões ambientais;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 28 de 60

f) A contratada deverá informar, imediatamente, à EMAP (Fiscal do Contrato) ocorrências de não atendimento aos requisitos ambientais estabelecidos acima, além de estabelecer a comunicação através do fluxo de comunicação de ocorrência pelos contatos 3231-7444 / 98454-9662;

g) Em caso de acidente com o equipamento que implique na contaminação de solo/água, a contratada deverá remediar o dano causado e informar imediatamente a EMAP, através dos contatos de emergências 3231-7444 / 98454-9662, devendo agir de forma proativa a fim de evitar eventuais contaminações por gotejamento de óleo no solo e no mar através de seus equipamentos ou na operação de abastecimento de equipamentos;

h) A supressão de vegetação deverá ser autorizada pelos órgãos competentes, bem como motosserras devem estar registradas no órgão estadual competente e no IBAMA. Qualquer atividade nesse sentido deve ser previamente alinhada com o setor de Meio Ambiente da EMAP;


i) Em atendimento ao SGA, a EMAP fará inspeções e auditorias ambientais periódicas nas instalações e atividades da contratada para verificar o atendimento aos requisitos estabelecidos. A contratada deverá fornecer informações necessárias ao desenvolvimento destas inspeções e auditorias;

j) A contratada deverá ser responsável pela manutenção das estruturas, de sua propriedade ou disponibilizadas pela EMAP, localizadas dentro das unidades operacionais. Tais atividades deverão ocorrer mediante a validação da COAMB e/ou de outros setores competentes conforme procedimentos internos.

k) Qualquer empresa que atue na área primária deve estar credenciada no Procedimento EMAP PC-57: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PORTO DO ITAQUI.

## 2) Efluentes e Águas:

a) As ações a seguir descrevem como deve ser realizado o controle operacional ambiental dos efluentes e águas nas áreas da EMAP:

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 29 de 60

b) Nenhum tipo de efluente deverá ser direcionado para corpos receptores (lagoa, rio, mar, entre outros) ou para a rede de drenagem pluvial, sem ser previamente consultado do setor de Meio Ambiente da EMAP;

c) Os efluentes sanitários gerados em banheiros químicos devem ser coletados e direcionados para tratamento em sistemas que atinjam os níveis estipulados pela legislação pertinente, sendo local adequado e licenciado, e apresentar certificado de destinação do resíduo.

d) Efluentes provenientes de chuveiros, pias e tanques, também são considerados efluentes sanitários ou eventualmente industriais, e como tal necessitam de tratamento;

e) Instalações que possuam cozinhas e/ou refeitórios devem ter seus efluentes direcionados para a caixa de gordura antes de passarem pelo sistema de tratamento adotado;

f) Quando possível, o consumo de água também deverá ser monitorado e informado mensalmente à EMAP;

g) Deve ser priorizado o reuso de água, quando a atividade permitir, visando reduzir o consumo de água nova;

### 3) Efluentes Oleosos:


a) Todo efluente oleoso deve ser estocado em local coberto, estanque e com contenção adequada ao volume armazenado para que não ocorram vazamentos no solo, e deve ser direcionado para o tratamento e disposição adequada conforme orientação da EMAP;

b) Efluentes de características diferentes daqueles aqui comentados, devem ter seu tratamento específico, definido em conjunto com a área de Meio Ambiente da EMAP;

c) A empresa responsável pela construção de bacias/caixas de contenção de efluentes oleosos, deverá realizar testes hidráulicos para verificação de estanqueidade e escoamento do efluente.

### D) Emissões Atmosféricas:



	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 30 de 60

a) As emissões atmosféricas de gases ou material particulado de fontes fixas, móveis ou pontuais devem ser evitadas/controladas garantindo conformidade com a legislação ambiental vigente;

b) Os veículos movidos a diesel deverão garantir o cumprimento dos limites de emissão de fumaça preta conforme disposto na Portaria IBAMA nº 85 de 1996, devendo passar por monitoramento para medição de fumaça preta. A COAMB efetua o controle de fumaça preta dos veículos de sua responsabilidade direta e indireta, assim, será solicitado, quando couber, duas vezes ao ano evidências da execução do controle pela contratada;

c) As atividades que envolvem movimentação de terra, transporte de granéis, manuseio ou estocagem de materiais pulverulentos ou quaisquer outras atividades geradoras de emissão de poeira/particulados deverão ser controladas por meio de enclausuramento, umectação, aspersão de água, uso de aglomerantes ou supressores de poeira, sistema de despoeiramento ou outras formas adequadas de controle de emissões;

## **E) Controle Operacional Ambiental de Gestão de Resíduos Sólidos, líquidos Industriais e Domésticos**

a) Controlar a geração de resíduos (conhecer a quantidade gerada e sua destinação), procedendo sua gestão em conformidade com as práticas da Gestão de Resíduos da EMAP estimulando a maximização da reutilização e da reciclagem e a disposição final adequada dos resíduos gerados;

b) Evitar a contaminação do solo, das águas superficiais e das águas subterrâneas, utilizando-se da segregação rigorosa dos resíduos e de procedimentos que proporcionem que o manuseio, o acondicionamento, o armazenamento, o transporte e a disposição final dos resíduos sejam realizados adequadamente

c) Em caso de vazamento, sempre possuir um kit de emergência ambiental e realizar o fluxo de emergência 3231-7444 / 98454-9662;


I. Praticar a coleta seletiva e evitar a disposição de resíduos de qualquer natureza no solo;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 31 de 60

- II. Os coletores de resíduos de responsabilidade da EMAP são para uso dos usuários do Porto do Itaqui, não sendo permitido o uso de empresas. Cada contratada deve dispor de coletores em tamanho e quantidade suficientes para a execução do objeto contratado.
- III. Utilizar para o acondicionamento de óleo ou graxa ou outro resíduo contaminado com óleo, coletores identificados com tampa em bom estado de conservação, sem ferrugem ou amassados e com a identificação adequada, como por exemplo: tambores, containers, tanques, entre outros;
- IV. Utilizar veículo apropriado para cada tipo/categoria de resíduos e em boas condições de operação;
- V. Caso seja de responsabilidade da contratada dar disposição final aos resíduos gerados nos serviços, apresentar ao fiscal do contrato as alternativas escolhidas, antes do início dos serviços, para que as mesmas.
- VI. e.3.6) Caso seja de responsabilidade da contratada das disposição final dos resíduos gerados nos serviços, este deverá manter registros e documentações referentes a esta disposição, e disponibiliza-las à EMAP, quando solicitado;
- VII. e.3.7) Para o gerenciamento dos resíduos – etapas de transporte e destinação de resíduos – a empresa deverá ser devidamente habilitada e para execução de atividades na área primária do Porto do Itaqui deve ser, também, credenciada no Procedimento EMAP PC-57: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PORTO DO ITAQUI

## F) Produtos Químicos:

- a) As orientações a seguir descrevem diretrizes e critérios para eliminar, controlar e/ou minimizar os riscos de acidentes às pessoas, ao meio ambiente e ao patrimônio decorrentes do acondicionamento, transporte, armazenamento, manuseio, uso e pós-uso de

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 32 de 60

produtos químicos. A EMAP também define os produtos químicos proibidos para aquisição no âmbito de suas unidades operacionais, das empresas controladas e coligadas, conforme Procedimento EMAP-PC 110 MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE CARGAS PERIGOSAS E PRODUTOS QUÍMICOS.

b) Deve ser informado ao representante da EMAP os produtos químicos utilizados no trabalho, de maneira que possam pôr em prática programas eficazes de proteção dos trabalhadores contra o perigos provocados pelos produtos químicos.

c) O fornecedor deve prover a Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FIS PQ, seguindo requisitos estabelecidos em normas.

d) Os produtos químicos devem ser acondicionados e transportados considerando os requisitos definidos na FIS PQ;

e) O transporte de produtos químicos perigosos deve ser acompanhado da respectiva Ficha de Emergência;

f) A prática de rotulagem deverá ser adotada em todas as embalagens, contêineres e tanques de armazenagens, conforme considerado apropriado por padrões nacionais ou internacionais. Esta rotulagem deverá identificar claramente o produto transportado;

g) As embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos deverão ser certificadas por Organismos de Certificação de Produtos (OCP), acreditados pelo INMETRO ou outras organizações acreditadoras;

h) O transporte terrestre de produtos perigosos deve atender aos requisitos especificados em legislação;

i) Os veículos ou equipamentos a serem utilizados, devem estar devidamente identificados quanto aos produtos transportados.

j) Os produtos químicos perigosos devem ser armazenados conforme requisitos estabelecidos em legislação, definidos pelo fornecedor e por procedimentos internos da EMAP;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 33 de 60

k) Todo o pessoal envolvido no manuseio de produtos químicos deve receber capacitação específica, considerando os requisitos especificados na FISPQ. Evidências de treinamentos serão solicitadas anualmente conforme procedimento interno;

l) A área de manuseio de produtos químicos deve estar protegida e devidamente sinalizada para evitar acidentes;

m) Para tratamento e disposição de produtos, restos dos produtos e embalagem usadas considerar os requisitos especificados na FISPQ.

n) Abastecimento de combustível de veículos, máquinas e equipamentos deverá ocorrer com caminhão comboio devidamente sinalizado, equipado com itens e dispositivos de segurança e de controle ambiental para execução da atividade. O caminhão deverá estar habilitado, assim como os envolvidos no abastecimento. Para abastecimento de pequeno volume (até 50 litros) devem ser utilizados dispositivos adequados que visem a segurança da atividade.

## **G) Transporte de carga geral**

a) As ações a seguir descrevem como deve ser realizado o controle operacional ambiental do transporte de carga geral nas áreas da EMAP:


b) Para veículos movidos a óleo Diesel: deve ser comprovada a criação e implementação (treinamentos) do Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota quanto a Emissão de Fumaça Preta (Ver item D.2);

c) Apresentação de cópias das licenças e/ou certificados necessários de acordo com o Órgão Ambiental local para o transporte de carga perigosa;

d) A obra ou serviço que utilizar insumos como pedra, areia, brita, madeira, água bruta e água potável deve apresentar um documento informando a origem do insumo.

## **ORIENTAÇÕES RELATIVAS À COMPLIANCE**

A contratada deverá assegurar que o acesso e tratamento de dados pessoais dos representantes da contratante (EMAP) se dará exclusivamente para a execução do contrato,

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 34 de 60

devendo resguardá-los de acessos indevidos e incidentes e, ao final da vigência do contrato, deverá providenciar a eliminação destes de sua base de dados

## **ORIENTAÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO**

Não há recomendações específicas relativas à segurança da informação.

### **11. VALOR ESTIMADO**

O valor estimado deste Projeto Básico não é sigiloso conforme previsto Art. 34 no Lei 13.303/2019, tendo em vista que os projetos básicos e executivos foram objeto do contrato 086/2020/00, celebrado entre a EMAP e a empresa Terra Sol Engenharia no dia 19 de novembro de 2020. Este contrato teve como objeto o desenvolvimento de projetos Conceitual, Básico e Executivo para manutenção dos taludes do Porto do Itaqui e Terminais delegados. Dessa forma, dado o conhecimento do orçamento deste processo licitatório pela empresa Terra Sol, não é possível garantir o sigilo orçamentário da licitação.

O preço total do Orçamento, incluso BDI, é de **R\$18.624.723,79** (dezoito milhões e seiscentos e vinte e quatro mil e setecentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos).

Disponibilizam-se os modelos da Planilha Orçamentária Sintética e de sua Composição de Custo Unitária em anexo a este Projeto Básico.

O preço proposto para execução do Contrato, objeto desta licitação será fixo, expresso em reais (R\$) e se referirão à data de apresentação das propostas, válidos por 60 (sessenta) dias.


Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 02 (duas) casas decimais “truncadas” (padrão TCU) para evitar correções futuras nas Propostas de Preços.

Informa-se que ficará sob responsabilidade da área solicitante inserir no exercício orçamentário CAPEX 2023/24 a referida disponibilidade Financeira.

### **12. GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO**

12.1 Todo o Contrato deve ser acompanhado por um gestor de contrato, representante da Administração Pública, sendo:

a) 01 (um) agente ocupante de cargo do quadro da Administração, preferencialmente;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 35 de 60

b) Previamente designado e qualificado pela autoridade signatária do contrato, por parte da Administração.

12.2 Os serviços serão fiscalizados por representante da Gerência de Implantação das Obras, que ficará responsável pela comprovação da execução dos serviços exigidos neste Projeto Básico e em atestar a Nota Fiscal, devendo este ser substituído, no caso de seu impedimento, por outro funcionário indicado pela mesma fonte, a seu exclusivo juízo.

12.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscalização devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.4 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos serviços não poderão ser invocada para eximir a Contratada de suas responsabilidades pela execução dos serviços.

12.5 A Fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores, nem tão pouco a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

12.6 A Fiscalização deverá registrar avaliação da Contratada nos quesitos atendimento, qualidade, segurança e meio ambiente, sempre ao fechamento de cada Medição. Podendo a qualquer momento reavaliar a comprovação de capacidade técnica declarada e a quaisquer quantidades, rever ou suspender a Contratada, caso não atenda ao potencial exigido para este Objeto.


12.7 A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

12.8 O Gestor do Contrato deve comunicar as irregularidades observadas à autoridade designante e ao Controle Interno da EMAP.

12.9 As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

### 13. ANÁLISE DE RISCO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 36 de 60

13.1 Os riscos inerentes ao processo, nas fases de contratação deste Projeto Básico e ao posterior desenvolvimento das atividades contratadas, são:

- a) Prejuízos pessoais e materiais em função do deslizamento de terra;
- b) Possibilidade de paralisação dos serviços da Unidade de Saúde em função dos riscos de deslizamento de terra sobre a edificação.
- c) Possibilidade de paralisação dos serviços do terminal de ferry boat em função dos riscos de deslizamento de terra sobre as pessoas e equipamentos.
- d) Risco de assoreamento na área de atracação dos ferrys boat e na via de navegação causando prejuízos a terceiros.
- e) Prejuízos financeiros a EMAP relativos à mão de obra empregada em todo o processo licitatório;
- f) Impacto ao plano de orçamentação da EMAP;
- g) Impacto negativo para imagem da EMAP e do Porto do Itaqui.


13.2 Desta forma, deverá ser exigida da Contratada a apresentação à EMAP, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor global contratado, com validade para todo o período contratual.

13.3 A garantia citada deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

**a) Caução em dinheiro:** Se a opção de garantia for a caução em dinheiro, a Contratada deverá solicitar informações à EMAP referentes ao nome da instituição financeira, aos números da conta corrente e da agência bancária, e ao código identificador, para efeito de depósito do crédito, sendo que o valor caucionado será restituído considerando-se os critérios vigentes de remuneração da poupança aplicados à época da devolução.

**b) Fiança bancária:** Se a opção de garantia for fiança bancária, a EMAP aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da Contratada, desde que:

- I. Emitidas por bancos comerciais, de investimento e/ou múltiplos, autorizados a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
- II. Os bancos observem as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
- III. Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a Contratada de suas responsabilidades;
- IV. Contendo firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas;
- V. Contendo assinaturas de duas testemunhas;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 37 de 60

- VI. Contendo rubrica no anverso e nas demais páginas que não contenham assinaturas;
- VII. Seja entregue em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer natureza;
- VIII. O banco possua sistema para verificação de autenticidade.


**c) Seguro-garantia:** Se a opção de garantia for seguro-garantia, a EMAP aceitará cartas de fiança bancária emitidas em favor da Contratada, desde que:

- I. A via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital.
- II. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender aos anexos I e II da Circular SUSEP nº 232, de 03 de junho de 2003.
- III. O seguro-garantia deverá ser livre de franquias.
- IV. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
  - a. Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato
  - b. Objeto a ser contratado, especificado no Edital
  - c. Nome e número do CNPJ do Segurado
  - d. Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora)
  - e. Nome e número do CNPJ da Contratada (Tomadora da apólice).

13.4 As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a EMAP como “Segurada” e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com este Projeto Básico

13.5 Sobre o valor da caução prestada em dinheiro incidirá os critérios vigentes de variação da poupança, *pro rata temporis* atualizada a partir da data de recolhimento à EMAP, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

13.6 A garantia prestada na forma escolhida pelo licitante deverá ser entregue à EMAP, localizada na Avenida dos Portugueses, s/nº, Porto do Itaqui, CEP: 65085-370, São Luís – MA, que emitirá o respectivo recibo de recebimento. Cópia desse recibo deverá ser entregue pela Contratada.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 38 de 60

13.7 A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pelas Contratadas referentes à:

- a) Prejuízos ou danos causados à EMAP;
- b) Prejuízos ou danos causados a terceiros pela Contratada;
- c) Toda e qualquer multa contratual;
- d) Débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o Contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vale-transporte, vale-refeição, verbas rescisórias etc.;
- e) Quaisquer obrigações não cumpridas pela Contratada em relação ao Contrato, previstas no ordenamento jurídico do país;
- f) Multas aplicadas por órgãos oficiais.

13.8 No caso de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a Contratada por perdas e danos causados à EMAP, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.

13.9 A garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Contratada tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

## 14. REQUISITOS TÉCNICOS

### 14.1 Qualificação Técnica – Capacidade Operacional

- a) Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto;
- b) Apresentação de atestado (s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou satisfatoriamente, serviço/obra compatível com o objeto desta licitação, observada a parcela de maior relevância e valor significativo delimitada a seguir:
  - ✓ Execução de Estrutura de Contenção de solo (Ex: Gabião, solo grampeado, Terra armada, etc).
  - ✓ Escavação e transporte de solo de no mínimo de 12.000m<sup>3</sup>, para cada uma destas atividades.

### 14.2 Qualificação Técnica – Capacitação Profissional

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de apresentação das propostas, profissional (is),

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 39 de 60

reconhecido pelo CREA ou CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) a:

- ✓ Execução de Estrutura de CONTENÇÃO de solo (Ex: Gabião, solo grampeado. Terra armada, etc).
- ✓ Escavação e Transporte de solos.

Os profissionais indicados pelo licitante, para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional, devem participar da obra ou serviço objeto deste Projeto Básico, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**Obs1:** Não será aceito atestado de obra inacabada, executada parcialmente ou em andamento, exceto se fundamentado na Resolução 1.025 de 30/10/2009 do CONFEA.

**Obs2:** Não Será aceito atestado de projeto/fiscalização ou coordenação de Obra.


**Obs3:** Não será aceito atestado de capacitação técnica Parcial e de Subcontratada.

#### 14.3 Da Documentação Complementar

Serão necessários os documentos a seguir:

- ✓ Planilha orçamentária, em meio eletrônico, formato xls ou xlsx, preenchida na planilha fornecida pela EMAP;
- ✓ Cronograma físico-financeiro de desembolso;
- ✓ Composição de custos unitários;
- ✓ Planilha de encargos;
- ✓ Planilha de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

Os documentos deverão ser impressos, assinados por pessoa competente, datado e entregues em mídia eletrônica contendo os documentos mencionadas nos itens acima descritos em planilha eletrônica (.xls), envolvido em embalagem adequada, devidamente identificada com a modalidade e número do certame; razão social, endereço, telefone e CNPJ do licitante

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 40 de 60

O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada CPU, deverá estar com sua composição apresentada à parte.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada adiante, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.

Na composição da taxa de BDI, não deverão ser alocados os percentuais relativos ao IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007-TCU/Plenário.

Os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalísticas que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à EMAP.

A fórmula adotada pela EMAP para cálculo do BDI é a recomendada pelo Tribunal de Contas da União conforme o Acórdão 2369/2011-TCU/Plenário:

$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G)) (1 + DF) (1 + L) - 1}{(1 - I)} \right] \times 100$$

Onde:

AC = É a taxa de rateio da Administração Central;

S = É a taxa representativa de Seguros;

R = É a taxa corresponde aos riscos e imprevistos;

G = É a taxa representativa do ônus das garantias exigidas em edital;

DF = É a taxa representativa das despesas financeiras;

L = Corresponde ao lucro bruto;


I = É a taxa representativa dos impostos (PIS, CONFINS, ISS e CPRB).

## 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA deverá encontrar locais que estejam em conformidade com a legislação ambiental aplicável para destinação de material proveniente dos serviços de escavação.

15.2. A CONTRATADA deverá mobilizar equipe de emergência ao Porto do Itaqui para atendimento a sinistros conforme solicitado pela fiscalização.

15.3. Apresentar um Gestor ou Preposto para a execução dos serviços objeto do Contrato, indicando à Fiscalização os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica, ao qual lhe compete:

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 41 de 60

Coordenar as relações da empresa com o gestor do Contrato;

- ✓ Gerenciar os serviços e as obras;
- ✓ Receber as notificações do gestor do Contrato e da autoridade máxima do órgão ou entidade;
- ✓ Comunicar à FISCALIZAÇÃO da EMAP qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

15.3.1. É condição para início do Contrato a indicação do representante, por parte da Contratada.

15.3.2. É necessário que o preposto esteja no local da execução dos serviços.

15.4. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

15.5. Executar os serviços rigorosamente em conformidade com todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico.

15.6. Cumprir fielmente o Contrato, zelando, de forma meticulosa e constante, pela perfeita execução da obra/serviço, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.7. Examinar previamente os projetos e, sempre que forem apresentadas propostas, a mesma garante que está de acordo com o projeto.


15.8. Executar a obra/serviço, aplicando processos, materiais, componentes, subcomponentes, equipamentos e ferramentas, respeitando os mesmos projetos e as determinações técnicas.

15.9. Responder por danos causados diretamente a terceiros ou à EMAP, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

15.10. Substituir, a pedido da Fiscalização, qualquer membro da equipe técnica da Contratada, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos. O tempo necessário para a substituição será estipulado pela Fiscalização. Da decisão referida cabe recurso, à Contratada, no prazo de 3 (três) dias.

15.11. Refazer, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude da ação, omissão negligência, imperícia, emprego de materiais ou processos inadequados ou de qualidade inferiores. O tempo necessário para a correção será estipulado pela Fiscalização conforme a complexidade da ocorrência. Responsabilizando-se pelas despesas



	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 42 de 60

decorrentes da rejeição de serviços pela Fiscalização, bem como pelos atrasos acarretados por esta rejeição.

15.12. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assessoria técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.

15.13. Responsabilizar-se pelos encargos de possível demanda judicial trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato;

15.14. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências da EMAP;

15.15. Prestar à EMAP os esclarecimentos que julgar necessários para a boa execução do Contrato, relatando toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do serviço;

15.16. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da EMAP, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, apresentando documentação requerida e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

15.17. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, praticada pelos respectivos empregados nas instalações da EMAP;

15.18. Manter, por si, por seus prepostos e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da EMAP;

15.19. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários, fiscais e comerciais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços


15.19.1. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos estabelecidos no caput deste parágrafo, não transfere à EMAP a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, observando-se o seguinte:

I - Em relação à seguridade social:

a) A vedação à contratação de quem esteja em situação irregular;

II - Em relação às contribuições e pagamentos;

a) A necessidade de pagar os serviços quando a inadimplência for superveniente à contratação;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 43 de 60

- b) O dever de providenciar oportunamente a rescisão dos contratos contínuos quando a Contratada permanecer em situação de inadimplência;
- c) O dever de reter as contribuições incidentes nos pagamentos efetuados, correspondentes aos empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº9.032, de abril de 1995.

III - Em relação aos encargos trabalhistas, inclusive parcelas remuneratórias e indenizatórias:

- a) O dever de fiscalizar, por amostragem;
- b) A necessidade de registrar, no livro de ocorrências ou no diário de obras, a fiscalização ocorrida;
- c) A possibilidade de o Contrato prever a retenção mensal das parcelas de provisão de quitação, a qual será paga à Contratada se incorrer nessas despesas com a apresentação, após o término do Contrato, dos recibos de rescisão homologados pelo sindicato ou Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.


15.20. Apresentar a ART ou RRT de execução dos serviços objeto deste Projeto Básico, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contado do recebimento da Ordem de Serviço.

15.21. Manter os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto Básico devidamente fardados e identificados mediante a utilização de crachás.

15.22. Fornecer os Equipamentos de Segurança Individuais (EPI's) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Projeto Básico, conforme o que rege as Normas Regulamentadoras aplicáveis;

15.23. Apresentar Certificado de matrícula da obra de construção civil, obtido no Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do início de suas atividades.

15.24. Expor a metodologia proposta, antes de iniciar os trabalhos, de modo a esclarecer os dirigentes e corpo técnico da EMAP acerca do que se pretende fazer e os meios que serão

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 44 de 60

utilizados, além de coletar as sugestões e orientações da equipe de acompanhamento constituída.

15.25. Responder pelos danos causados diretamente EMAP ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo em razão da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pela EMAP.

15.26. Responder as eventuais Advertências aplicadas pela Fiscalização dentro do prazo informado no Termo de Notificação;

15.27. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da EMAP, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a prestação dos serviços ora contratados.

15.28. Manter os seus técnicos sujeitos às normas procedimentais da EMAP, porém sem qualquer vínculo com a EMAP.

15.29. Tomar ciência de todas as normas relativas à saúde, segurança e meio ambiente e os procedimentos de ambientação, apresentadas pela EMAP e cumpri-las fielmente.


15.30. Cumprir cada uma das normas constantes do item 10 - Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

15.31. Responsabilizar-se pela observância das normas técnicas indicadas neste Projeto Básico, inclusive atendendo aos critérios e prescrições estabelecidas nas normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e ISO – International Organization for Standardization.

15.32. Responsabilizar-se por todo o transporte necessário à prestação dos serviços contratados, inclusive os males executados previstos neste Projeto Básico.

15.33. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da Fiscalização da EMAP, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

15.34. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 07 (sete) dias corridos para serem formalmente esclarecidas, contados a partir do recebimento da diligência pela Contratada.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 45 de 60

15.35. Responsabilizar-se pelo uso indevido de patentes registradas, e pela destruição ou danificação dos serviços em execução até sua definitiva aceitação.

15.36. Responder perante a EMAP e terceiros pela cobertura dos riscos e acidente de trabalho dos seus empregados, prepostos ou contratados, bem como por todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços contratados.

15.37. Respeitar as Normas e Procedimentos de Controle de Acesso às Dependências da EMAP e do Porto do Itaqui.

15.38. Manter arquivo ordenado com toda a documentação relativa à execução do Contrato, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada à EMAP no prazo de 02 (dois) dias úteis;

15.39. Informar à EMAP qualquer alteração por que passar o respectivo ato constitutivo, apresentando, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do registro da modificação, cópia desta e do respectivo registro;

15.40. Abster-se de veicular publicidade acerca da presente contratação, salvo se houver prévia autorização da EMAP

#### **15.41. OBRIGAÇÕES QUANTO À COMPLIANCE E LGPD**

15.42. A contratada deverá assegurar que o acesso e tratamento de dados pessoais dos representantes da contratante(EMAP) se dará exclusivamente para a execução do contrato, devendo resguardá-los de acessos indevidos e incidentes e, ao final da vigência do contrato, deverá providenciar a eliminação destes de sua base de dados


### **16. OBRIGAÇÕES DA EMAP**

16.1 Apresentar um gestor /fiscal do Contrato representante da EMAP, sendo:

- a) 01 (um) agente ocupante do quadro da EMAP;
- b) Previamente designado e qualificado pela autoridade signatária do Contrato, por parte da Administração.

16.1.1. O gestor do Contrato deve comunicar as irregularidades à autoridade designante e ao Controle Interno.

16.1.2. O gestor do Contrato anotará as ocorrências em registro próprio, que deverá ser juntado ao Contrato ao término de sua vigência.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 46 de 60

16.2 Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecido neste Projeto Básico, se esta cumprir todas as exigências contratuais.

16.3 Promover, por meio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta última.

16.4 Expedir a Ordem de Serviço.

16.5 Notificar, por escrito, a Contratada quanto à ocorrência de eventual imperfeição no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

16.6 Fornecer à Contratada cópia dos registros realizados e ser informado a cada alteração, desde que solicitado pela mesma.

16.7 Encaminhar à Contratada os comentários e/ou orientações efetuados para que sejam providenciados os respectivos atendimentos;

16.8 Treinar todos os empregados da Contratada no PROAPI (Programa de Ambientação do Porto do Itaqui).

16.9 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às instalações da Área Primária ou em qualquer outra área necessária para a realização dos serviços, conforme local definido neste Projeto Básico, desde que atenda todas as determinações da Saúde e Segurança do Trabalho e Segurança Portuária.

16.10 Exigir o fiel cumprimento dos deveres e obrigações da Contratada mencionadas neste Projeto Básico.

16.11 Aprovar a indicação pela Contratada do Gestor / Preposto por parte da Contratada responsável pela condução dos serviços;


16.12 Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace a ação da Fiscalização;

16.13 Verificar se estão sendo colocada à disposição dos serviços a equipe técnica prevista neste Projeto Básico;

16.14 Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas demais informações e instruções complementares deste Projeto Básico, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;

16.15 Rejeitar, no todo ou em parte, a obra, o fornecimento e/ou os serviços em desacordo com as exigências deste Contrato e do Projeto Básico;

16.16 Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos serviços;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 47 de 60

16.17 Analisar e aprovar as etapas dos serviços executados.

16.18 Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.19 Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, visitar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;

16.20 Receber provisoriamente todos os serviços, verificando o atendimento aos comentários efetuados, em dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

16.21 Fiscalizar para que, durante a vigência do Contrato, sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação;

16.22 Atestar, por meio de recibo ou de simples atesto no verso da nota fiscal/fatura, a fiel execução do Contrato

16.23 Fornecer os Procedimentos do SGE – Sistema de Gestão da Qualidade da EMAP e do Porto do Itaqui para que o serviço seja executado conforme suas orientações.

## 17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS


17.1 Conforme Art. 83. da lei 13.303/2016, a inexecução total ou parcial do Contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a) Advertências;
- b) Multas;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAP.

17.2 Quanto a alínea “a) **Advertência**” poderá ser aplicada por meio de “Termo de Notificação”, quando da ocorrência de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação. No caso de três advertências pelo mesmo motivo, está se converterá em multa conforme o grau da ocorrência. A Contratada será advertida por meio de Termo de Notificação emitido pela Fiscalização da EMAP.

17.3 A partir do quinto dia de atraso na execução do cronograma físico-financeiro, a Fiscalização poderá advertir a Contratada, desde que não configure hipótese de aplicação de sanção mais grave, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.




	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 48 de 60

17.4 Após a aplicação da advertência, a Contratada se obriga a respondê-la no prazo informado com as ações para a correção dos problemas apontados pela Fiscalização.

17.5 Quanto a alínea “**b) Multa compensatória incidente por dia ou por ocorrência**”, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

17.6 A tabela 1 a seguir mostra a relação entre as obrigações da Contratada e a graduação da multa em caso de descumprimento da respectiva obrigação.

Item	Pontos de responsabilidade da Contratada	Grau	Multa	Prazos
1	Manter, durante a vigência do Contrato as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe técnica, indicada para fins de capacitação técnico-profissional, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Fiscalização da EMAP.	01	0,01%	<b>Por dia</b> , a contar da comunicação oficial.
2	Substituir, quando rejeitados os serviços, dentro do prazo estabelecido pela Fiscalização.	01	0,01%	<b>Por dia</b> , a contar da comunicação oficial.
3	Facilitar o pleno exercício das funções da Fiscalização. O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.	01	0,01%	<b>Por ocorrência.</b>
4	Após a emissão da Ordem de Serviço, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, providenciar a ART ou RRT, no CREA ou no CAU, respectivamente, dos profissionais responsáveis pelos serviços que serão executados, entregando uma via de cada anotação à Fiscalização e outra aos profissionais mobilizados. Estes comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte dos profissionais mobilizados.	01	0,01%	<b>Por dia</b> , a contar da comunicação oficial.
5	Não reparar dano causado a Terceiro ou Infraestrutura da EMAP após a notificação da contratante	02	0,03%	<b>Por dia</b> , a contar da notificação oficial
6	Cumprir o cronograma de execução conforme planejado	02	0,03%	<b>Por dia</b> , a contar da notificação oficial
7	Entregar os documentos de Saúde e Segurança, Meio Ambiente e do planejamento dos serviços até a data limite informada pela Fiscalização.	01	0,01%	<b>Por dia</b> , a contar da comunicação oficial.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 49 de 60

8	Executar as atividades em área não autorizada pela Fiscalização	03	0,05	<b>Por dia</b> , a contar da notificação oficial
9	Cumprir as normas de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	03	0,05%	<b>Por dia</b> , a contar da notificação oficial
10	Interferir nas atividades portuárias sem prévia autorização da Fiscalização	03	0,05%	<b>Por hora</b> , a contar da notificação oficial.

Tabela 1: Relação entre as obrigações da Contratada e a graduação da multa.

17.7 Para os casos em que as infrações precedem a emissão da Ordem de Serviço, a multa será calculada sobre o valor da primeira etapa da Planilha de Serviços, ou seja, sobre o grupo de Serviços Iniciais, conforme os percentuais atribuídos a cada grau de infração descritos na tabela anterior.

17.8 A aplicação da multa moratória, após regular processo administrativo, não impede que a EMAP rescinda o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis, descritas nas alíneas “a” e “c”.

17.9 Após a aplicação de 03 (três) advertências com a mesma motivação, a Fiscalização deverá abrir processo para a aplicação de Multa


17.10 Quanto a alínea “c) **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMAP**” pelo prazo de até 02 (dois) anos. Serão motivos suficientes para emissão de penalidade disposta na alínea “c”:

- ✓ Abandono do Contrato por um período superior a 30 dias;
- ✓ Falsificação de qualquer documentação de comprovação de condições de habilitação identificada em qualquer fase do Contrato.

17.11 A Contratada que for sancionada conforme alínea “c” será declarada como inidônea para licitar e contratar com a EMAP e permanecerá nesta condição enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a EMAP, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e/ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

17.12 As multas poderão ser aplicadas cumulativamente, caso um mesmo evento se enquadre em mais de uma das hipóteses citadas nos subitens acima listados.

17.13 A aplicação de qualquer uma das penalidades previstas realizar-se-á por meio de processo administrativo em que se assegurará o contraditório e a ampla defesa, por parte da Contratada.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 50 de 60

17.14 A EMAP, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à EMAP, observando o princípio da proporcionalidade.

17.15 As multas devidas e/ou os prejuízos causados à EMAP serão descontadas da Garantia de Execução do Contrato e em caso de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.16 Após aplicação da penalidade, a Contratada terá o prazo máximo de até 10 dias corridos para apresentação do recurso administrativo protocolado junto a EMAP.

17.17 Em caso de acolhimento das justificativas apresentadas pela Contratada, o valor retido correspondente à multa calculada, será devolvido à Contratada, não se aplicando atualização financeira de qualquer natureza.

## 18. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO


18.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- Provisoriamente, pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da Contratada;
- Definitivamente, em período não superior a 90 (noventa) dias corridos, por comissão designada pela administração, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

18.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.3 A Fiscalização deverá rejeitar, no todo ou parte, os serviços que estiverem em desacordo com as condições especificadas neste Projeto Básico.

18.4 A Fiscalização poderá elaborar um relatório dos serviços executados, promovendo a tabulação dos itens conformes e não conformes, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser aplicado ao preço contratual.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 51 de 60

## 19. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

19.1 As medições ocorrerão mensalmente, ou em período inferior, a critério da EMAP, de acordo com o Critério de Medição, anexo a este Projeto Básico, **por Preço Unitário**, ou seja, pela unidade de medida e preços unitários de cada item da planilha orçamentária da proposta vencedora do certame;

19.2 O Boletim de Medição será emitido pela Fiscalização com a assinatura do representante da Contratada.


19.3 O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, ou em período inferior, a critério da EMAP, mediante o Boletim de Medição (modelo EMAP), devidamente atestada pela Fiscalização.

19.4 A EMAP, no pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes de Contrato, deve obedecer à estrita ordem cronológica das datas da exigibilidade dos créditos, observando-se o seguinte:

- a) O prazo de pagamento contado a partir da data do recebimento da Nota fiscal, conforme boletim de medição, previamente aprovado pela Fiscalização, no máximo, de 30 (trinta) dias.
- b) A apuração da ordem cronológica se faz para cada fonte diferenciada de recursos;

19.5 O processo de solicitação de pagamento de medições será liberado com a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, bem como a apresentação de documentações a seguir:

- ✓ Carta de Solicitação de Pagamento oriunda do fornecedor;
- ✓ Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- ✓ Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- ✓ Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual;
- ✓ Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- ✓ Cópia da folha de pagamentos sintética dos funcionários envolvidos nos serviços;
- ✓ Comprovante de pagamentos dos funcionários envolvidos na obra;
- ✓ Resumo da frequência dos funcionários envolvidos na obra;
- ✓ Declaração do valor devido ao INSS do mês anterior, conforme GFIP / SEFIP;
- ✓ Comprovação de recolhimento de INSS do mês anterior;
- ✓ Comprovação de recolhimento de FGTS do mês anterior;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 52 de 60

✓ Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica da obra;

19.6 A Nota Fiscal só poderá ser emitida após análise e aprovação do Boletim de Medição pela Fiscalização, e autorização da Autoridade competente da EMAP, sendo seu pagamento efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal acompanhada de toda a documentação necessária, conforme o próximo parágrafo.

19.7 O pagamento está condicionado à Avaliação de Fornecedores que deve ser preenchida pela Fiscalização, devendo a Contratada assinar tal avaliação e receber uma cópia.

19.8 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, que lhe for imposta em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) sob responsabilidade da licitante Contratada.

19.9 O pagamento da medição estará condicionado à verificação Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI.


19.10 O pagamento da medição final dos serviços estará condicionado além das disposições anteriores, à análise e aprovação da Fiscalização dos serviços realizados pela Contratada.

## 20. VISITA TÉCNICA

20.1 O licitante poderá vistoriar o local onde serão realizados os serviços, objeto deste Projeto Básico para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, observando os feriados nacionais, estaduais e municipais.

20.2 Tendo em vista a faculdade da realização da visita técnica, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Projeto Básico.

20.3 A Visita Técnica será previamente agendada pela licitante. A EMAP coloca-se à disposição para agendamento de visitas ao local de execução dos serviços, o qual deverá ser previamente solicitado pelo telefone (98) 3216-6000, ramal 6581, das 09 às 16 horas e então enviada a solicitação formalmente para o e-mail [copro@emap.ma.gov.br](mailto:copro@emap.ma.gov.br) com o CNPJ da empresa, razão social, nome do representante da empresa, cargo/função na empresa, nº de CPF e nº RG de todas as pessoas que forem realizar a visita.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 53 de 60

20.4 A Visita Técnica tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.

20.5 O representante da EMAP, designado para esse fim, emitirá declaração comprobatória da vistoria efetuada.

20.6 O licitante deverá apresentar Declaração, em papel que identifique a empresa, comprovando que a licitante possui conhecimento do local do objeto deste Projeto Básico, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços. Este documento se constituirá parte integrante e obrigatória para participação deste certame.

## 21. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

21.1 A Contratada deverá apresentar após a reunião de *Kick off* a metodologia a ser utilizada para execução dos trabalhos como: plano de trabalho; cronograma físico-financeiro com auxílio de programa ou planilha que demonstre os avanços e índices de produção, equipamentos e recursos técnicos a serem utilizados, métodos de gestão que assegurem a qualidade dos serviços, organização das equipes técnicas e administrativas e demais informações pertinentes e toda documentação pertinente e obrigatória relativa a Segurança do Trabalho e ao Meio Ambiente.


21.2 A metodologia apresentada pela Contratada deve observar o prazo da obra para a conclusão da obra/serviço.

21.3 Antes de apresentar sua proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo indispensável à vistoria dos locais dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

21.4 Para a prestação dos serviços contratados neste escopo, a Contratada deverá atender as Normas ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou Normas Estrangeiras pertinentes.

21.5 Os materiais, máquinas e equipamentos a serem empregados, bem como os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- Às normas e especificações constantes deste Projeto Básico;
- Às normas da ABNT;


	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 54 de 60

- c) Às disposições legais da União e do Governo do Estado do Maranhão;
- d) Instruções técnicas, catálogos de fabricantes, quando aprovados pela Fiscalização;
- e) Às Normas Internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- f) Às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- g) Às Normas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da EMAP, disponíveis no site [www.emap.ma.gov.br](http://www.emap.ma.gov.br).

21.6 Normas relativas a esta obra que deverão ser consultadas, não se limitando a estas, são:

- ✓ NBR 5.681 (Controle tecnológico de Execução de Aterro);
- ✓ NBR 6.484 (Solo-Sondagens);
- ✓ NBR 6.497 (Levantamento Geotécnico);
- ✓ NBR 8.044 (Projeto Geotécnico);
- ✓ NBR 9.061 (segurança de Escavação a Céu Aberto);
- ✓ NBR 11.682 (Estabilidade de Taludes);
- ✓ ABNT NBR 15953/2011: Pavimento intertravado com peças de concreto — Execução;
- ✓ ABNT NBR 11803/2013: Materiais para base ou sub-base de brita graduada tratada com cimento — Requisitos;
- ✓ ABNT NBR 15799/2011: Qualidade do solo — Guia para caracterização ecotoxicológica de solos e materiais de solo;
- ✓ ABNT NBR 7182/2016: Solo — Ensaio de compactação;
- ✓ ABNT NBR 6457/2016: Amostras de solo — Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
- ✓ NBR 7211 — Agregados para concreto;
- ✓ ABNT NBR 15777/2009: Convenções topográficas para cartas e plantas cadastrais - Escalas 1:10.000, 1:5.000, 1:2.000 e 1:1.000 — Procedimento;
- ✓ ABNT NBR 13133/1996: Execução de levantamento topográfico;
- ✓ NBR 5626: Instalação Predial de Água Fria;
- ✓ NBR 5410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- ✓ IPR 724- Drenagem de Rodovias;



	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 55 de 60

## 22. SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

### I- SUBCONTRATAÇÃO

22.1 Em conformidade com o inciso II, do Art. 78, da lei 13.303/2016, a Contratada, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do Objeto deste Projeto Básico até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado.

22.1.1 Caso a Contratada opte pela subcontratação facultada no item acima, esta deve, obrigatoriamente, destinar o mínimo de 1% (um por cento) do total licitado para Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempresa (ME) ou Microempreendedor Individual (MEI), em atendimento aos Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

22.2 A Contratada permanecerá diretamente responsável pela entrega do objeto especificado neste Projeto Básico, nos limites estabelecidos no ordenamento jurídico nacional, assegurando-se a ela o respectivo direito de regresso.


22.3 Havendo subcontratação, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responderá perante o EMAP pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

22.4 A Contratada se responsabiliza pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

22.5 A Contratada será responsável solidariamente por todas as pendências de liquidação de qualquer obrigação financeira que for atribuída à Subcontratada em virtude da penalidade, ou inadimplência contratual, ou de atraso de pagamento dos encargos sociais (INSS e FGTS) e demais obrigações trabalhistas, sob pena de rescisão do Contrato entre a Contratada e a EMAP, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

22.6 O descumprimento reiterado das disposições destas obrigações por parte da Subcontratada e a manutenção da Contratada em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

22.7 Todos os pormenores e prerrogativas integrantes deste Projeto que englobam as orientações sobre direito e deveres da Contratada deverão também estender-se a Subcontratada. Assim, é obrigação da Contratada que oriente a Subcontratada e faça cumprir as obrigações, procedimentos e regulamentos aqui estabelecidos, sob pena de rescisão e responsabilização solidária.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 56 de 60

## II- PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

22.8 É permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e legislação aplicável.

22.9 As empresas que participarem sob o regime de consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência, Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados, do qual deverão constar as seguintes cláusulas:

22.10 Indicação da empresa líder e do representante legal do consórcio, além da proporção, em percentual, da participação de cada consorciada;

22.11 Compromisso expresso de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio perante a EMAP, pelas obrigações e atos do consórcio, tanto durante as fases da licitação quanto na execução do contrato;

22.12 Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da vigência dos serviços, objeto desta licitação;

22.13 Compromisso de que não será alterada a constituição ou composição do consórcio, salvo quanto à sua liderança, restrita às empresas que o compõem. Em qualquer caso, a alteração deverá ser submetida à anuência e aprovação prévia da EMAP, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;


22.14 Compromisso de que o Consórcio não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica diversa da dos seus integrantes e de que o consórcio não adotará denominação própria.

22.15 Obrigação do consórcio de apresentar, antes da assinatura do contrato, o Termo de Constituição do Consórcio, devidamente registrado na Junta Comercial da sua jurisdição.

22.16 Obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras.

22.17 No caso de consórcio, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no item 14 deste Termo de Referência, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

22.18 No caso de consórcio, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos no item 19 deste Termo de Referência para fins de pagamento, além da documentação do consórcio.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 57 de 60

22.19 O Consórcio deve conferir à líder amplos poderes para representar as Consorciadas no procedimento licitatório e no Contrato, ficando a responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em Consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do ajuste.

22.20 Fica impedida a participação de empresa consorciada, nesta licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

22.21 Para fins de justificativa com relação a permissão de consórcio para o Objeto desta contratação, esclarece-se que dessa forma a Administração busca garantir uma maior competitividade ao certame, uma vez que são raras empresas que possuem a capacidade técnica e operacional capaz de atender ao objeto desta contratação em sua totalidade, tendo em vista a tentativa anterior licitação do mesmo objeto, relativo à LRE 09/2022, que foi considerada “deserta” por falta de propostas.


22.22 Dessa forma, afasta-se o risco a baixa competitividade ao mesmo tempo que garante a capacidade técnica de cada empresa consorciada, de acordo com seu campo de atuação e a magnitude da obra, desde que atendidos os requisitos técnicos dispostos neste Termo de Referência.

22.23 Ainda com a formação do consórcio a gestão dos serviços tanto para a empresa líder, quanto para a fiscalização torna-se mais econômica e eficiente, uma vez que será gerado apenas um contrato. Nesse sentido, o consórcio facilita também o regime de execução, para fins de cumprimento das entregas esperadas e dos pagamentos correspondentes.

22.24 Por fim, a permissão de consórcio exime a EMAP de pagar bitributação, ou qualquer tipo de taxa duplicada que pode ser cobrada por diferentes entes da Administração Pública.

## 23. REAJUSTAMENTO

23.1 Considerando o prazo de vigência contratual de 16 (dezesseis) meses, os preços contratuais somente poderão ser reajustados mediante expressa e fundamentada manifestação da Contratada, nos termos e condições estabelecidos no Contrato e no Edital de Licitação que o gerou. Caso superado prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, os reajustes subsequentes com a mesma periodicidade (anual), garantirá a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação econômico-financeira, originalmente estabelecida.

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 58 de 60

23.2 Os reajustes serão realizados com base no “Índice Nacional de Custo da Construção” da Fundação Gentulio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo, com base no valor do índice do 1º mês de cada período de 12 (doze) meses, independentemente da variação para maior ou para menor.

23.3 O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra a seguir:

$$R = \left( \frac{I_i - I_0}{I_0} \right) \times V$$

Onde:

$R$  = valor do reajustamento procurado;

$V$  = valor contratual a ser reajustado;

$I_i$  = índice correspondente ao mês do reajuste; e

$I_0$  = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

23.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.


23.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

23.6 Os reajustamentos seguintes somente serão concedidos obedecida a periodicidade sucessiva de 12 (doze) meses.

23.7 Não haverá direito a reajustamento que motivar atraso no serviço, seja por imperícia, e/ou improdutividade e/ou negligência, ainda que atinja o prazo de 12 meses estabelecidos.

## 24. ANEXOS

- ✓ Anexo I – *Check List* SSMA e *Check List* da Segurança da Informação;
- ✓ Anexo II – Caderno de Encargos;
- ✓ Anexo III – Orçamento e Cronograma:
  - Planilha Orçamentária;
  - Composições de Preços Unitários;
  - Composição de BDI;
  - Encargos Sociais;
  - Cronograma Físico Financeiro;

	<b>EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP</b> <b>E M A P</b> <b>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>			
	<b>PROJETO BÁSICO</b>			
	<b>TÍTULO:</b> Contratação de empresa especializada para execução de obra de estabilização dos Taludes 08, 09, 9A, 10, 11 e 12 no Porto do Itaqui, no município de São Luís-MA.			
<b>RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO:</b> Alvelinda Sena de Sousa	<b>SETOR SOLICITANTE:</b> GEPRO	<b>DATA:</b> 02/2023	<b>REVISÃO:</b> 06	<b>Nº FOLHA:</b> 59 de 60

- ✓ Anexo IV – Critério de Medição;
- ✓ Anexo V– Matriz de Risco;
- ✓ Anexo VI – Avaliação de Fornecedores;
- ✓ Anexo VII– Plantas Anexas.